



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

## TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. Descrição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de alimentação (almoço e jantar) para participantes da **Reunião de Avaliação das Ações de Educação Política nas Comunidades Indígenas**, promovida pelo Escola Judiciária Eleitoral do Tocantins (TRE-TO), em Palmas - TO, nos dias 22 e 23 de Maio de 2024.

## 2. Justificativa para a contratação

2.2. Considerando a previsão de realização da "Reunião de Avaliação das Ações de Educação Política nas Comunidades Indígenas" em Palmas/TO, nos dias 22 e 23 de maio de 2024, evento que integra o projeto "Inclusão sociopolítica das comunidades indígenas do Tocantins", ação institucional que visa construir instrumentos de efetivação plena dos direitos de cidadania dos povos indígenas; e considerando que o evento contará com a participação de representantes de todas as etnias do estado, distribuídas em municípios diversos do desta capital, a contratação se faz necessária para fornecer alimentação no almoço e no jantar aos representantes das comunidades indígenas durante o período em que estarão na cidade para participação no evento, considerando que o café da manhã será ofertado na hospedagem a ser contratada.

Portanto, a contratação se faz necessária para que os representantes das comunidades indígenas garantam suas alimentações principais (almoço e jantar) durante o período que estarão em Palmas/TO, participando do evento.

## 3. Descrição completa da solução

3.1. Fornecimento de refeições para até 80 (oitenta) pessoas, sendo 3 (três) jantares e 2 (dois) almoços:

Dia 21/5/2024 - Jantar;

Dia 22/5/2024 - Almoço e Jantar;

Dia 23/5/2024 - Almoço e Jantar.

3.2. O almoço deverá ser servido no período das 11h30 às 13h30; e o jantar das 18h30 às 20h.

3.3. O cardápio deverá conter arroz, feijão, saladas diversas, dois tipos de carne, macarrão e farofa, além de sucos naturais e refrigerantes.

3.4. O quantitativo de refeição é estimado, sendo pago apenas o efetivamente consumido.

## 4. Requisitos da contratação

4.1. A contratada deverá situar-se na cidade de Palmas-TO, sendo capaz de ofertar alimentação para 80 pessoas simultaneamente, nos termos do item 3 deste Termo de Referência.

## 5. Modelo de execução do objeto

5.1. O fornecimento de refeições para até 80 pessoas ocorrerá nos dias 21, 22 e 23 de maio de 2024, nos horários estabelecidos no item 3.2, com cardápio que atenda aos requisitos estabelecidos no item 3.3.

## **6. Modelo de gestão de contrato**

- 6.1. A avença formalizada por meio de nota de empenho deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei n.º 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, “caput”, da Lei n.º 14.133/2021).
- 6.2. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.3 A gestão do contrato será realizada por servidor(es) da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-TO.
- 6.4 As comunicações entre o TRE-TO e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica (e-mail/whatsapp).

## **7. Critérios de medição e pagamento**

- 7.1. O pagamento será realizado após a prestação do serviço, com base na quantidade de pessoas para as quais efetivamente foram fornecidas as refeições, em até 10 dias após a emissão da nota fiscal.

## **8. Forma e critérios de seleção do fornecedor**

- 8.1. A escolha do fornecedor far-se-á pela análise do custo-benefício das propostas, dentre os fornecedores aptos a atenderem os requisitos deste Termo de Referência na cidade de Palmas-TO.
- 8.2. O prestador de serviço deverá preencher todos os requisitos de regularidade jurídica e fiscal, previstos neste Termo de Referência.

## **9. Estimativa do valor da contratação**

- 9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso, com a finalidade de que os licitantes apresentem sua melhor proposta para o certame, nos termos previstos no art. 24 da Lei nº 14.133/2021 e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das Propostas.

## **10. Adequação orçamentária**

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação correrão às expensas do orçamento administrativo sob gestão da EJE.

## **11. Sanções administrativas em caso de descumprimento contratual**

- 11.1. Caso a licitante e/ou o fornecedor, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório, ficará sujeito(a) às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cominadas no instrumento convocatório ou no contrato, quando a licitante praticar condutas previstas em lei ou outro instrumento normativo.
- 11.2. As sanções de multa de mora e multa compensatória poderão ser cumuladas com as demais penalidades, nos termos do § 7º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.3. Cabe ao Gestor ou ao Fiscal do contrato instaurar e instruir os processos administrativos de apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanção.
- 11.4. A aplicação das sanções administrativas previstas nesta cláusula não desobriga a contratada do cumprimento de quaisquer obrigações previstas contratualmente e nem das responsabilidades civil e/ou criminal que seus atos ensejarem.
- 11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

11.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.7. A recusa injustificada do fornecedor em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa compensatória no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da proposta e, se for o caso, à imediata perda da garantia de proposta, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

11.8. A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, mediante o qual se garantirão o contraditório e a ampla defesa.

## 12. **Forma de reajustamento do contrato**

12.1. Não se aplica na situação, mas em todas as situações devem ser observados os preceitos da Lei n.º 14.133/21.

---

**CLAIRTON THOMAZI**  
**Coordenador**



Documento assinado eletronicamente em 09/04/2024, às 16:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-to.jus.br/autenticar> informando o código verificador **000012302184782** e o código CRC **C40B2880**.